



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8361 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO ESCOLAR NO PIAUÍ: UMA QUESTÃO ENTRE SÉCULOS

José Marcelo Costa dos Santos - UFPI - Universidade Federal do Piauí

Maria do Amparo Borges Ferro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO ESCOLAR NO PIAUÍ: UMA QUESTÃO ENTRE SÉCULOS

RESUMO

Este texto trata de aspectos da história da instrução escolar no Piauí. Os objetivos são: analisar aspectos da história da educação piauiense, enfatizando elementos sobre a instrução escolar; discorrer sobre aportes teóricos relativos ao processo de implantação das primeiras escolas nesse território; e caracterizar o cenário educacional do Piauí nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por meio de estudo teórico, mediante pesquisa bibliográfica, com base em consultas às obras de autores como: Brito (1996), Ferro (1996), Sousa Neto (2013), dentre outros. O estudo mostrou que a questão da instrução escolar no Piauí ocorreu a passos lentos e se desenhou a partir de dilemas, controvérsias e paradoxos entre o instituído e o executado, sendo marcada pela escassez de professores e falta de estrutura nas primeiras escolas da região.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução escolar. História. Piauí

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte de uma das seções de nossa tese de doutoramento, na qual analisamos aspectos da história da educação no território do Piauí. Trata-se de uma análise sobre a conjuntura educacional que marcou o período entre séculos da instrução dos piauienses.

Entendemos este estudo como importante, dentre outros fatores, porque tende a contribuir com as produções em História da Educação, enfocando o cenário piauiense,

principalmente no que diz respeito à gênese da formação escolar dos habitantes desse território.

O ensaio em questão contempla aspectos da história da instrução escolar no Piauí, de modo a problematizar a seguinte questão: Como se deu o processo de implantação da instrução escolar no território piauiense?

Os objetivos são: analisar aspectos da história da educação piauiense, enfatizando elementos sobre a instrução escolar; discorrer sobre aportes teóricos relativos ao processo de implantação das primeiras escolas nesse território; e caracterizar o cenário educacional do Piauí nos séculos XVIII e XIX.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por meio de estudo teórico, a partir de pesquisa bibliográfica, com base em consultas às obras de autores como: Brito (1996),

Ferro (1996), Sousa Neto (2013), dentre outros. Nosso intuito é navegar nessa história e compreender nuances importantes sobre suas faces e interfaces ao longo dos períodos históricos.

2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO NO PIAUÍ

Se na História do Brasil foram os jesuítas os precursores da instrução escolar, na historiografia piauiense os registros apontam situação diferente. De acordo com os estudos de Brito (1996), um fato marcante contribui para que os padres inacianos não se dedicassem ao ensino, inicialmente, nas terras piauienses: o legado financeiro deixado por Domingos Afonso Mafrense, pioneiro no processo de desbravamento do território da, então Província do Piauí.

Com a morte de Domingos Afonso Mafrense, 1711, as fazendas por ele legadas, em território piauiense, ao Colégio da Bahia passaram a ser administradas pelos padres Jesuítas do ciclo maranhense. A administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço para as atividades culturais e educacionais, nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia. (BRITO, 1996, p. 13).

Tratando desta questão, Ferro (1996), no livro *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*, ratifica o postulado de Brito (1996), também fazendo referência ao fato de os jesuítas não desenvolverem aqui uma atividade de ensino como fizeram em outros locais, a exemplo da Bahia.

De acordo com Ferro (1996), as atividades jesuíticas tiveram um caráter mais voltado à administração das propriedades do que ao ensino do *Ratio Studiorum*. A herança deixada por Domingos Mafrense em forma de fazendas de gado era estimada em verdadeira fortuna, que passou a servir de mantenedora de estabelecimentos de ensino criados pelos jesuítas em outras províncias:

No Piauí, a atividade dos jesuítas foi menos de educadores e mais de religiosos missionários na catequese, e de administradores das fazendas que iriam manter financeiramente os colégios da Bahia, onde se exercia a escolaridade de maior

qualidade. (FERRO, 1996, p. 57).

Não obstante, Brito (1996) e Ferro (1996) também fazem referência às tímidas tentativas dos jesuítas de implantação de estabelecimentos de ensino no Piauí. O primeiro intento ocorreu no século XVIII, quando os inacianos conseguiram uma licença mediante alvará, em 1711, para a implantação do que denominaram de *Externato Hospício da Companhia de Jesus*, que nem chegou a existir de fato, dado a diversos problemas de instalação como a distância, a dificuldade de comunicação na província, dentre outros.

Segundo os autores acima, a segunda tentativa ocorreu em 1749, no território do Distrito da Mocha[1], onde seria implantado o *Seminário do Rio Parnaíba*, sob a intervenção do padre Gabriel Malagrida e tendo como regente o padre Miguel Inácio, mas ocorreu nova frustração e, em virtude de imprevistos envolvendo conflitos de territórios com indígenas, dentre outras questões, o estabelecimento de ensino foi transferido para Aldeias Altas, território que hoje corresponde ao município de Caxias, no Maranhão.

Fato é que o Piauí ficou sem escola até 1757, quando um alvará imperial dá providências para a criação das duas primeiras escolas na província, ambas na Vila da Mocha, sendo destinadas à instrução primária de meninas e meninos, com especificidades de currículo de acordo com a clientela:

A escola para meninos deveria ensinar a ler, escrever e contar, além de princípios da doutrina cristã. A escola para meninas deveria acrescentar a esse currículo, copiado do plano educacional de Nóbrega, atividades de coser, fazer renda e outras de caráter doméstico”. (COSTA apud BRITO, 1996, p. 15).

Esses estabelecimentos pioneiros, em princípio uma grande conquista para o povo do Piauí, não lograram grande êxito no processo de instrução da população, a saber: os poucos professores que se atreviam a ensinar não tinham formação adequada e não eram remunerados por meio de salário, recebiam apenas mantimentos para subsistência em troca do exercício do ofício; a própria população (principalmente os menos favorecidos) não via necessidade de que seus membros tivessem formação escolar, já que estariam fadados à lida com o gado e a outros serviços braçais.

Esse quadro compreendeu todo o século XVIII e atravessou o seguinte de maneira muito expressiva, ou seja, o novo século traz uma herança amarga: o território do Piauí continuava sem escolas e sem um processo de instrução escolar dos moradores acontecendo, realmente, salvo as tentativas não bem sucedidas em instalar escolas e conseguir professores para ensinar a população.

Esta realidade do Piauí sem escolas perdura por bastante tempo. Há várias referências à solicitação da criação de aulas de primeiras letras e/ou de criação de cadeiras de uma ou outra matéria, que, ou não são criadas, ou, se criadas, não chegam a funcionar, ou, se iniciam o funcionamento, são fechadas em seguida. (FERRO, 1996, p. 59).

Constam nos estudos de Ferro (1996) e de Brito (1996), que somente no início do século XIX, mais especificamente em 1815, é que foram criadas três escolas de primeiras letras, também denominadas de “Cadeiras de Latim”, sendo distribuídas em Oeiras e nas vilas de Parnaíba e de Campo Maior.

Nesse processo, o antigo dilema volta a se fazer presente: a ausência de professores; quem poderia ensinar? Na tentativa de conseguir ministrantes para as cadeiras abertas, o então governador da Província, João José Guimarães e Silva, que esteve no cargo em um dos intervalos deixados pelo Visconde da Parnaíba – que governou entre 1823 e 1843 – colocou as cátedras para concurso na Bahia. Ainda assim, as escolas não lograram êxito outra vez, tendo em vista que:

O ofício de professor público de primeiras letras não atraía as pessoas da época, por conta do tipo de trabalho, do status do mesmo e do salário que recebia. Como consequência as escolas que eram criadas não funcionavam ou funcionavam por pouco tempo dada à ausência de pessoas interessadas em ocupá-las. (LOPES, 1996, p. 52).

Somente em 1822, o Piauí passa a contar com os serviços do professor José Lobo Fróis, importante mas não suficiente para suprir a demanda. O quadro alarmante da Província era motivo de comentários e de preocupações forçando ações por parte da Junta

do Governo em solicitar criação de cadeiras de instrução e contratação de professores, uma vez que não havia muitas pessoas capacitadas para exercer quaisquer cargos que requeressem instrução, ainda que em moldes básicos e a situação tendia a não mudar, considerando que os salários oferecidos para professor não eram atrativos, logo, a escassez de pessoas incumbidas do magistério perdurava.

Brito (1996), Ferro (1996) e Sousa Neto (2013), ao analisarem a questão da instrução escolar piauiense são enfáticos ao apontarem um suposto interesse governamental sobre a instrução do povo: fala-se em aulas públicas, cadeiras de instrução, aulas de primeiras letras, mas que não se configuravam na prática, não alterando a crítica realidade de uma população analfabeta e sem condições financeiras, em sua maioria, de obter algum tipo de formação que não fosse a pública.

A este respeito, podemos referenciar alguns marcos em termos de acontecimentos sobre a instrução escolar no Piauí, tomando como base as pesquisas de Alencastre (1981), Brito (1996), Ferro (1996) e Sousa Neto (2013): a) solicitação de uma cadeira de primeiras letras em Oeiras, em 1795; b) entre 1829 e 1831, no governo provincial do Visconde da Parnaíba, foram criadas escolas em Oeiras, São Gonçalo, Poti, Barras, Piracuruca e Jaicós; c) em 1815 há registros de escolas primárias criadas em Parnaíba e Campo Maior; d) em 1855 tem-se a fundação de uma escola primária e um curso de Latim; e) em 1848, ocorre a fundação do Liceu Provincial em Oeiras, inaugurando o Ensino Secundário no Piauí.

Vale ressaltar que, conforme apontam os autores supracitados, o fato de terem sido criadas não significou o funcionamento dessas escolas, inclusive há relatos de que muitas delas não funcionaram ou possuíam grande precariedade tanto na estrutura quanto no número de alunos e de professores.

Esse quadro incide na situação do Piauí como a província que mais tardiamente foi contemplada com a instrução escolar, como afirma Alencastre (1981, p. 89): “O Piauí foi a província que mais tarde recebeu o benéfico favor da instrução. Até 1814 o que se chama de instrução elementar, lhe era dada empiricamente por particulares pouco habilitados para exercerem tão importantes funções”.

Com o povo sem saber ler nem escrever, o poderio econômico, como ocorre desde os primórdios da história humana, implicava na possibilidade de acesso à educação, ou seja, “as iniciativas privadas foram muito relevantes na formação dos grupos dirigentes piauienses, considerando ainda que a ação educadora da família encontrou extensão nos internatos”.

(SOUSA NETO, 2013, p. 123).

Os filhos dos grandes proprietários de terras e de fazendeiros recebiam a instrução em suas próprias casas e em seguida eram enviados para colégios e internatos em outras províncias ou até em outros países, retornando como novos “doutores” e continuando a hierarquização desigual entre as classes sociais no Piauí.

De acordo com Ferro (1996), o que se tinha em tela nesse período era um misto de iniciativas, entre o público e o privado, o formal e o informal, com vista a levar alguma instrução aos piauienses os quais, dependendo da condição econômica, poderiam ter mais, ou menos, possibilidades de estudar.

Além da escolarização regular, das aulas particulares e ensino no próprio âmbito da família, surgem alternativas de estudos que atenderiam à realidade da época. O formal e o informal coexistem, se mesclam e se complementam. Paralelo às iniciativas oficiais, as famílias tratavam de sanar as necessidades ou falhas, na tentativa de oferecer condições para que seus filhos se iniciassem no mundo letrado. (FERRO, 1996, p. 94).

Mesmo com essas iniciativas, a situação de precariedade do ensino tinha grandes proporções, inclusive porque nem todos tinham acesso à instrução. É válido ressaltar ainda, a atuação de Padre Marcos de Araújo Costa, na escola da Fazenda Boa Esperança, considerando que foi nesse local que se deu, entre o gado e as letras, a formação inicial de vários piauienses. (SOUSA NETO, 2013).

A escola da Fazenda da Boa Esperança atendeu a algumas demandas da época, sendo que padre Marcos foi uma importante figura nessa configuração. Segundo Brito (1996), essa escola funcionou a partir de 1820 em virtude do quadro de carência descrito acima, oportunizando cadeiras de instrução primária e secundária, tendo Padre Marcos como seu mantenedor, conforme nos esclarece esse autor:

[Pe. Marcos] Interna-se em sua fazenda Boa Esperança, em Jaicós, onde passa a receber alunos de diferentes classes oficiais, aos quais oferece, além do ensino gratuito, a própria manutenção. [...] O Colégio de Pe. Marcos transpõe os limites da Província para atrair alunos de outras províncias, contribuindo, destarte, para o desenvolvimento educacional, não só do Piauí como das províncias circunvizinhas. Era um centro de irradiação. Além das primeiras letras, ensina o Pe. Marcos a seus alunos latim, francês, retórica, matemática, filosofia e teologia. (BRITO, 1996, p. 23-24).

Dessa forma, ratificamos que no Piauí, a escolarização se deu a partir de processos formais e informais de educação, realizados nas fazendas, nas vilas, onde os professores, em sua maioria, eram leigos, ou seja, não tinham formação para o ofício do magistério e as escolas eram precárias e não ofereciam atrativos à permanência da população.

Os séculos XVIII e XIX configuram, respectivamente, os períodos de implantação e tentativas de estruturação do ensino do Piauí. O primeiro corresponde aos anos de 1733, quando se verifica a primeira tentativa de organização de um estabelecimento de ensino na Província a 1845 quando, no governo do Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, tenta-se dar uma estrutura administrativa às escolas existentes (BRITO, 1996).

Segundo o autor em questão, o segundo momento estende-se de outubro de 1845, quando pela Lei nº 198, do dia 04 daquele mês, se estabelece a primeira estrutura

administrativa do ensino, até 1910, quando, por iniciativa de um grupo de intelectuais, então no poder, começam a ser consolidadas as estruturas de ensino nos níveis e nos graus ora mantidos pelo Estado. A consolidação e a sistematização do ensino no Piauí só ocorrem no século XX.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Piauí, a questão da instrução se deu a passos mais lentos que em outras províncias do país e em longo prazo, já que em nesse território a educação foi acontecendo em pequenas escalas, iniciando nas fazendas, nas próprias casas de piauienses e depois nos grupos escolares.

Entre tentativas frustradas, decretos que existiam apenas no papel, mas que não condiziam com a realidade, a história do ensino no Piauí, em termos de implantação e estruturação, foi marcada por diversos dilemas sobre alguns dos quais discorreremos nesta escrita.

Mostramos como se deu o processo de implantação da instrução escolar no contexto piauiense, sendo possível uma análise de aspectos da história da educação nessa, então província. Foi possível ainda, verificarmos o processo de implantação das primeiras escolas, bem como a caracterização do cenário educacional do Piauí numa visão entre séculos.

Dessa forma, o estudo mostrou que a questão da instrução escolar nessa região ocorreu a passos lentos e se desenhou a partir de dilemas, controvérsias e paradoxos entre o instituído e o executado, sendo marcada pela escassez de professores e falta de estrutura nas primeiras escolas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1981.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: ADUFPI, 1996.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. Fortaleza: UFC/PPGE (Dissertação de Mestrado), 1996.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

[1] Atualmente, município de Oeiras-PI.